

Vasco Pulido Valente

OS MILITARES E A POLÍTICA (1820-1856)



Duque da Terceira
Duque de Aveiro

temas portugueses

INTRODUÇÃO

A historiografia moderna regista a constante intervenção dos militares¹ na política de 1820 a 1851, mas raramente ela lhe mereceu um estudo ex-professo². Os militares costumam ser tratados como meros apêndices ou meras emanações dos «partidos» civis em disputa. E, no entanto, por acção ou omissão, o seu peso foi decisivo em todas as mudanças de regime e de governo, nos trinta anos em que decorreram algumas das mais profundas transformações do século. Isto sem dúvida derivou das premissas teóricas de várias escolas de pensamento, com expressão académica, que os remetiam para o limbo do epifenómeno. O que não altera os factos e, sobretudo, fez com que se criasse uma imagem indiscriminada e difusa do poder militar, como se o exército se movesse sem método e sem autonomia, ao sabor dos interesses de certos grupos sociais, de facções, de sociedades secretas ou até, simplesmente, das circunstâncias.

Este estudo parte de premissas diferentes: a da relativa independência dos militares face aos «partidos» civis, a da sua supremacia política e a da lógica da sua acção estratégica e operacional. Esta hipótese está exposta, e espera-se que justificada, nos capítulos que se seguem. O capítulo sobre «Formas de intervenção militar» tenta distinguir, definir e inventariar essas formas, para que elas se não confundam sob designações gerais impeditivas de qualquer análise séria. O capítulo sobre «O modelo português de pronunciamento e a figura do levantamento» observa as variantes do pronunciamento (e as expectativas e objectivos subjacentes a cada uma delas)

¹ Uso o termo *militares* como sinónimo de *exército regular*.

² Excepto os trabalhos de Fernando Pereira Marques, citados na Bibliografia, dos quais o principal continua por publicar.

e também as características híbridas do levantamento. O capítulo «A natureza política das intervenções militares» (com dois subcapítulos: «A era da legitimidade» e «A era dos generais») pretende determinar a evolução do estatuto político do exército entre 1820 e 1856. E o último capítulo é uma colecção de estudos que se destina a fundamentar e a esclarecer tudo o que precede.

Convém, todavia, deixar aqui dois avisos. Primeiro, a leitura deste trabalho exige que se conheça previamente a organização, o armamento, as doutrinas estratégicas e as tácticas regulamentares dos exércitos da época: principalmente dos dois exércitos que influenciaram ou mesmo moldaram o português: o inglês e o francês. Não vale a pena sublinhar que o grau de mobilidade, a facilidade ou a dificuldade de comunicar, as necessidades logísticas e a eficácia das várias armas permitiam ou proibiam cada operação. Como não vale a pena insistir que a ocasional leitura de Guibert (e, mais tarde, de Jomini), o exame das campanhas dos generais «revolucionários», de Bonaparte e de Wellington e a própria experiência da guerra educaram a oficialidade portuguesa.

Segundo aviso: as formas de intervenção dos militares na política cresceram simultaneamente em Portugal e em Espanha. Com frequência os espanhóis inspiraram os portugueses: os rebeldes «realistas» de Seo de Urgel inspiraram Amarante; Riego, Mina e Torrijos os «liberais» indígenas. Sem alguma familiaridade com a história de Espanha e com literatura especializada que, nestas últimas décadas, lá se produziu, os acontecimentos em Portugal tornam-se ininteligíveis. A dívida deste estudo a Baquer, Gómez, Llorens e Balbé é mais do que óbvia.

CAPÍTULO I

FORMAS DE INTERVENÇÃO POLÍTICO-MILITAR

Os termos *revolta*, *insurreição*, *rebelião* ou *revolução* não são termos técnicos¹. Importa, por isso, inventariar e definir as formas típicas de intervenção no período em estudo. O inventário e as definições que aqui se apresentam foram uma adaptação das ideias de Pereira Marques² (que, por sua vez, se inspirou em Busquets³), de Baquer⁴ e de Gómez⁵ a uma específica interpretação da história portuguesa. Considerámos assim: pronunciamentos, levantamentos, golpes de Estado, insubordinações colectivas de oficiais e motins. Tratámos também, por motivos que se tornarão claros, a figura do «pronunciamento de milícias», que só indirectamente se relaciona com o tema do projecto de investigação.

Pronunciamento: O pronunciamento é uma intervenção de oficiais de carreira e de unidades, ou fracções de unidades regulares, que pretende substituir um governo ou um regime sem violência. O pronunciamento não depende de forças estranhas ao exército de primeira linha e normalmente rejeita a sua colaboração. O seu objectivo consiste em conseguir a colaboração (activa ou passiva) da totalidade ou da maioria do exército para depois impor a vontade dos militares ao poder político. Como Baquer, e contrariando Busquets e Pereira Marques, sustentamos que a simples ameaça verbal de um chefe (ou chefes) do exército, sem movimentos de tropas, não configura um pronunciamento: assim Saldanha em 1826.

Levantamento: O levantamento é uma intervenção provocada por oficiais de carreira e unidades de linha, mas que depende da colaboração de corpos

¹ Embora, a seguir, se usem as palavras *rebeldes*, *insurrectos* ou *revoltosos* com o mero propósito de identificar as partes em conflito e poupar repetições.

² Pereira Marques, *L'Armée et la Société au Portugal [...]* (Amiens, 1990).

³ Busquets, *Pronunciamentos y golpes de Estado em España* (Barcelona, 1982).

⁴ Baquer, *El modelo español de pronunciamento* (Madrid, 1983).

⁵ Gómez, *El ejército en la política española (1787-1843)* (Madrid, 1990).

milicianos e de guerrilhas e que em grande parte se sustenta do apoio da população. O levantamento pretende substituir o governo ou o regime contra o qual se dirige, subtraindo uma área crescente do território nacional à sua jurisdição. O levantamento, ao contrário do pronunciamento, pressupõe à partida o uso da violência.

Os golpes de Estado: O golpe de Estado é um ataque directo ao detentor supremo da soberania, conduzido pelos chefes do exército, para o coagir a tomar determinadas medidas. A «Abrilada» talvez seja o único exemplo claro na história portuguesa. Não aceitamos a posição de Pereira Marques, reflexo da literatura coeva sobre o assunto, segundo a qual o apoio do exército a actos legais do governo ou do monarca constitui um golpe de Estado.

Insubordinações colectivas de oficiais: As insubordinações colectivas de oficiais (sobretudo de oficiais em comando de unidades) contra os seus chefes máximos, rompendo a cadeia hierárquica e apelando directamente para o monarca (ou o governo), ocorrem raramente. Implicam, é evidente, uma espécie de «anarquização» do exército. Houve apenas uma insubordinação colectiva de oficiais entre 1820 e 1856 — em 1835 — que anunciou o pronunciamento de 1836.

Motim: O motim é a desobediência colectiva das praças e oficiais inferiores de uma unidade, com propósitos corporativos ou políticos. Em Portugal, quando os propósitos eram políticos não eram geralmente muito claros e não se subordinavam a um plano de acção preciso. Os motins militares que se conhecem, como o motim de Infantaria 4, em Lisboa, em Agosto de 1831, não passaram de actos isolados.

Falta falar do *pronunciamento de milícias*. Se bem organizados e armados, nada impedia que os corpos de milícias se pronunciassem como exército de linha. Com uma indispensável condição: a de que o exército de linha, em princípio capaz de se opor com sucesso a uma operação dessa natureza, permanecesse passivo, isto é, que apoiasse as milícias com um pronunciamento negativo. A denominada «revolução de Setembro» foi um pronunciamento de milícias. No caso, da Guarda Nacional.

A frequência e a complexidade do pronunciamento e, em menor grau, do levantamento, merecem que se lhes atribua um capítulo próprio, em que se examinará o modelo em pormenor.

CAPÍTULO II

O MODELO PORTUGUÊS DE PRONUNCIAMENTO
E A FIGURA DO LEVANTAMENTO

1. O pronunciamento clássico

O objectivo último do pronunciamento consistia sempre em conseguir o apoio ou a neutralidade da guarnição de Lisboa. Enquanto Lisboa permanecesse fiel ao governo, podia sempre mobilizar tropas (e recursos) para esmagar os revoltosos, como na «Belfastada», ou o pronunciamento degenerar em guerra civil.

Nenhum «pronunciamento» (excepto a «Martinhada», que, aliás, foi um fracasso) começou em Lisboa¹. Por um lado, se os corpos de Lisboa estivessem unanimemente contra o governo bastava notificá-lo e notificar a Coroa. Por outro, se a «opinião pública» da cidade não aprovasse a «causa» dos militares, corria-se o risco de conflito entre o exército e a população, coisa que o exército tentava invariavelmente evitar ou mesmo de que fugia. Em Novembro de 1820, chefes da «Martinhada» viram-se obrigados a ceder à «opinião pública» e, em Maio de 1823, as unidades que apoiavam a «contra-revolução» (ou uma das duas modalidades dela), pronunciaram-se, *saindo para Vila Franca* (e algumas, depois, para Santarém). Muitas vezes também os cabecilhas de um pronunciamento se escapavam de Lisboa, sozinhos e mais ou menos clandestinamente, para o iniciar: embora depois obrigados a mudar de tática, os marechais em 1837 e Saldanha em 1851 ilustram o caso. Como D. Pedro, desembarcando no Mindelo, seguiu ao princípio o modelo clássico.

Tratava-se, portanto, de escolher um *ponto periférico* (o Porto, Vila Real ou Santarém), e com a impunidade da *distância* ou, melhor, ao abrigo de um

¹ Não se contam aqui as várias frustradas conspirações contra D. Miguel de 1829 a 1831 (que, precisamente, não passaram disso), nem os motins de sargentos e soldados, com ou sem populares à mistura, como o célebre motim de Infantaria 4 (ou n.º 2 de Lisboa) em Campo de Ourique. V. Nemésio, a *Mocidade*, I, 371-406.

contra-ataque imediato, ganhar *tempo*. Em primeiro lugar, o tempo servia para dar oportunidade a que os corpos e guarnições da província se pronunciassem, por sua vez. Ou, pelo menos, para que declarassem pelo acto a sua *neutralidade*, recusando as ordens do governo, sobretudo se elas se destinassem ao esmagamento dos rebeldes. Em segundo lugar, o *tempo* servia para enfraquecer o inimigo: ou provocando insurreições e deserções nas suas tropas; ou «desmoralizando-o» através da «opinião pública», sob forma da hostilidade do «povo» (ordinariamente, em Lisboa e no Porto), dos «notáveis» ou até da Coroa ².

Quando as coisas corriam de acordo com as regras, o núcleo primitivo dos pronunciados não tardava a receber o apoio da maioria do exército e concentrava os seus homens ou o grosso deles num sítio central, com boas comunicações, que lhe permitisse marchar facilmente sobre Lisboa (Coimbra era muitas vezes escolhida; mas D. Miguel, em 1823, preferiu Santarém e os marechais Leiria, em 1837). De qualquer maneira, convém insistir, não se tratava de combater. Ao concentrar-se e ao marchar sobre Lisboa, os rebeldes pretendiam apenas fazer uma *exibição de força*. Com ela esperavam convencer as unidades ainda oscilantes e, sobretudo, provocar o pronunciamento dos corpos da capital: ou «espontâneo», se nada tivesse sido previamente combinado, como parece que sucedeu em Setembro de 1820; ou, se tivesse sido, como em Fevereiro de 1842, logo que o governo perdesse o domínio político da situação. Nos dois casos, de resto, a lógica de fundo não diferia: isolada, a guarnição de Lisboa recusava-se a lutar contra a massa do exército, cuja revolta em si mesma anulava a possibilidade, embora não necessariamente a legitimidade ou legalidade do governo do dia.

2. O pronunciamento clássico: o uso da força

O uso efectivo da força parece contradizer a natureza política e a técnica habitual do pronunciamento clássico. Mas não contradiz, embora só se recorresse à força como último recurso. A *distância* e o *tempo*, necessários à concentração dos pronunciados e ao início da sua marcha sobre Lisboa, eram às vezes aproveitados pelo governo para pôr em campo tropas contra os rebeldes. Em teoria, o governo devia ser *surpreendido* pelos acontecimentos e as manobras dos rebeldes decorrerem com a *rapidez* suficiente para não lhe

² As liberdades e garantias eram por norma suspensas e a imprensa da oposição deixava de se publicar.

permitir recuperar dessa surpresa. No entanto, podia suceder que o governo não se deixasse surpreender, como em Maio de 1828 e em Julho de 1832, ou, surpreendido, mesmo assim conseguisse organizar alguma forma de resistência. Quando um exército «fiel» avançava contra os pronunciados, ou se desfazia por si como em 1820 ou em 1851, ou os pronunciados tinham de experimentar a sua solidez. Havia sempre a convicção de que as tropas do governo estavam de coração com os seus camaradas de armas e que se recusariam a lutar contra eles³. Tratava-se, por consequência, de os experimentar, não apenas com uma *exibição* de força, mas com uma *demonstração* de força. Supunha-se que uma breve demora em posições defensivas (Cruz de Mouroços), uma ofensiva limitada (Chão da Feira) ou uma ofensiva de envergadura (Ponte de Ferreira ou Souto Redondo) bastariam para dissolver ou virar do avesso o exército «fiel». Como comentava Shaw, depois de Ponte de Ferreira: «em resumo, descobrimos finalmente um segredo, o segredo de que D. Miguel não tencionava fugir sem luta»⁴. Note-se que todas as *demonstrações* de força falharam. Por dois motivos. Por um lado, desobedecer ou desertar face ao inimigo era a atitude mais perigosa para os soldados e sargentos e a mais desonrosa para os oficiais. Por outro, a *demonstração* de força por si própria exibia a derrota do pronunciamento e o desespero dos pronunciados.

3. O pronunciamento-incursão

Quando o peso das tropas que primeiro se pronunciavam não deixava lugar a graves dúvidas sobre a amplitude e a presumível eficácia do movimento, as unidades (e as guarnições) que a seguir aderiam ficavam imediatamente com um ponto inicial de reunião. A sua segurança e o sucesso da empresa dependiam de lá chegar depressa. Em conjunto, aumentavam o seu poder de atrair os neutros e os tímidos e dissuadiam as tropas fiéis de retaliar. Assim, em 1820 e na «Belfastada». A concentração antes da marcha para Lisboa — de que se falou atrás — costumava ser, por motivos óbvios, num ponto mais central. Mas não dispensava uma base firme desde o começo

³ Como se presumia que as tropas pronunciadas, movidas pelos seus princípios, nunca desertariam e, segundo a frase, «combateriam até ao último homem». Amarante e os chefes da «Belfastada» chegaram a distribuir folhetos de propaganda ao exército «fiel». V. Parte III, «A Belfastada».

⁴ Shaw, *Memoirs*, I, 401. D. Pedro não descobriu logo esse segredo e voltou à carga em Souto Redondo.

do pronunciamento. Não obstante o exemplo de Riego e os equívocos que durante anos alimentou, em circunstâncias normais, os corpos não «saíam» sem destino e sem, pelo menos, uma garantia de protecção.

Na falta de uma base e de «massa crítica», os pronunciados percorriam o país, aproximando-se dos aquartelamentos de unidades e das guarnições que julgavam mais susceptíveis de se lhes juntar: ou porque existiam entendimentos prévios (com oficiais e sargentos), ou por causa das tradições históricas dos corpos em causa. Além disso, usavam muitas vezes a sua superioridade local, se por acaso ela existia, para prender ou afastar os comandos hostis ou «neutros» e para incorporar as respectivas tropas nas suas forças. Mas contavam principalmente com a influência da «opinião pública». Não pretendiam, como no levantamento, o auxílio de corpos milicianos ou guerrilhas, pretendiam que os «notáveis» do *hinterland* persuadissem os militares estacionados na província a acompanhá-los. As deambulações dos marechais em 1837 ou de César de Vasconcelos e Bonfim em 1844, de Saldanha em 1851 ou até do patético coronel Miguel Augusto em 1840 exemplificam a técnica.

A resposta do exército «fiel» a estas «correrias» variava entre tentar destruir os pronunciados, se os conseguisse obrigar a combater (coisa que eles, evidentemente, evitavam⁵), e reduzir-lhes o espaço de manobra. Os marechais acabaram em Chaves; Bonfim, fechado em Almeida; Saldanha em Lóbios (antes da insurreição do Porto) e Miguel-Augusto, que ninguém apoiou, foi morto pelos próprios soldados. Em 1823 e 1826, no entanto, as unidades que se pronunciaram contra a Carta, embora incapazes de se manter no terreno e de aliciar uma parte significativa da primeira linha para o seu «movimento», fugiram para Espanha de armas e bagagens. Em 1826, com a ajuda dos «apostólicos» de Calomarde, voltaram às «correrias» em território português, mas já com um propósito diferente. Nenhum pronunciamento-incursão, semelhante à marcha de Riego, venceu em Portugal⁶. A *distância* e o *tempo* favoreceram constantemente as autoridades. O tempo que os rebeldes precisavam para engrossar as suas colunas, percorrendo (por maus caminhos) uma enorme *distância*, servia às autoridades que dispunham dos recursos do Estado (nomeadamente, dinheiro e comunicações mais rápidas) para organizar a resistência e montar uma apertada vigilância a cúmplices eventuais. Só nos pronunciamentos já triunfantes, como o de 1820,

⁵ As excepções são Chão da Feira e Ruivães em 1844. Note-se, no entanto, a pronta retirada dos marechais após Chão da Feira e que nenhum deles comandava em Ruivães.

⁶ A insurreição do Porto, em 1851, nada deveu a Saldanha ou às suas pequenas forças.

se revelou útil destacar tropas (a «Divisão Ligeira» de Sepúlveda), para «limpar» algumas «bolsas» de «fidelidade» ao governo, que se desejava liquidar.

4. O pronunciamento passivo

O pronunciamento passivo é uma modalidade de intervenção militar a que a literatura especializada espanhola não se refere. Em Portugal ocorreu, no entanto, em momentos cruciais e a sua natureza não o permite confundir com a simples «neutralidade» de alguns corpos perante um pronunciamento em curso, nem com o golpe de Estado ⁷. O «pronunciamento» passivo ocorre quando o exército, ou a máxima parte dele, se recusa a sustentar o poder estabelecido contra o assalto de corpos de milicianos ou forças populares. O exército, por exemplo, permaneceu em quartéis ou ofereceu apenas uma resistência simbólica à Guarda Nacional no 9 de Setembro de 1836 e na «Belémzada». E, em 1846, Vinhais, logo seguido pelo grosso dos comandantes dos corpos, desobedeceu expressamente às ordens do ministério. Esta espécie de intervenção não exige «trabalhos» prévios ou manobras e operações no campo: exige apenas a opinião generalizada da oficialidade e dos chefes do exército (que, nos casos citados, se formou ao longo de meses) de que é impossível, inconveniente, comprometedor ou perigoso defender uma determinada situação política. Em tais circunstâncias, protegidos pelo «sentimento público» e pela sua própria «desmoralização», bastava aos militares nada fazer.

5. O levantamento

Como se viu, Pereira Marques (de acordo com Busquets) atribui um «papel preponderante» às milícias ou a forças paramilitares nos levantamentos. E como também se observou, outros autores como Baquer definem *levantamento* como o apoio de milícias a um «gesto» militar anterior, sem considerar essencial a importância relativa dos dois elementos. No caso português, entre 1820 e 1851, todas as intervenções militares que trouxeram tropas a campo (com a discutível excepção de 1851 ⁸) suscitaram em maior ou

⁷ Como atrás definido.

⁸ Civis participaram, pelo menos, nos «trabalhos preparatórios» da insurreição do Porto.

menor grau o apoio de indivíduos, que não eram soldados de primeira linha. Regimentos da antiga segunda linha, unidades da Guarda Nacional, batalhões nacionais, batalhões de vários tipos de «voluntários», guerrilhas ou simples amadores desgarrados apareceram sistematicamente em cena e, às vezes, o «povo» da cidade e dos campos. O que esta gente fez (ou não fez) por si mesma, à margem do exército, não nos interessa aqui. Aqui interessa apenas repetir que, quando houve mistura das duas partes, o exército tomou a iniciativa ⁹, até porque o risco de o enfrentar constituía um óbvio dissuasor.

A diferença entre o pronunciamento e o levantamento não está, assim, na simples «preponderância» das milícias, nem na indispensável precedência da revolta militar. Está na função das milícias. No pronunciamento, elas desempenham funções secundárias (abastecimento, correios, tarefas ocasionais de guarnição), porque o propósito dos militares não é conquistar e ocupar território, mas, marchando sobre Lisboa, fazer uma *exibição de força* a benefício das unidades (ainda) «fiéis», e essa *exibição* será tanto mais convincente quanto mais manifesta for a natureza *corporativa* do «movimento» e, por consequência, menos conspícuo o papel de estranhos. No levantamento, pelo contrário, as milícias desempenham funções essenciais, porque a fraqueza dos militares «rebeldes» os leva a retirar a querela do campo estritamente corporativo e a estabelecer uma aliança com a população (que, em teoria, os aprova), para *conquistar território ao governo e o ocupar*. O levantamento não procura demonstrar a insignificância das tropas «fiéis» perante o resto do exército; procura demonstrar a impotência do exército «fiel» para sustentar a autoridade do governo no país ou em apreciáveis parcelas dele.

Como os acontecimentos de 1826-1827 ilustram, as milícias (e as guerrilhas) esperavam a tropa de primeira linha para declarar a sua posição. Depois, protegidas por ela, podiam conquistar novos territórios para a sua «causa» e ocupavam e administravam o território já ocupado. Mas não corriam o risco de combater unidades «fiéis», a cuja aproximação regularmente fugiam: muitas vezes para voltar, logo que elas retiravam. A estratégia do levantamento era dividir e cansar as forças do governo, que obrigadas a sufocar simultaneamente vários focos de rebelião, só tinham seguro, de acordo com a fórmula, «o território que pisavam». A estratégia do exército «leal» ao governo contra um levantamento consistia em ignorar os civis (na

⁹ A presumível cumplicidade de alguns soldados e sargentos no 9 de Outubro não é significativa. Fora alguns adeptos do governo, a oficialidade estava decidida a não intervir nos acontecimentos, o que quer que pensassem os seus subordinados.

medida em que eles não prejudicassem gravemente as suas comunicações e o seu abastecimento) e tentar destruir a tropa de primeira linha do inimigo, provocando-a a recontros frequentes ou mesmo, com sorte, a uma batalha campal, como a de Coruche da Beira ¹⁰.

Se no pronunciamento clássico e no pronunciamento-incursão se excluía, em princípio, o combate, no levantamento ele era em princípio aceite. Idealmente, o colapso das tropas «fiéis» perante a revolta do país, ou parte dele, abriria o caminho de Lisboa, ou seja, como no pronunciamento, suscitaria o apoio ou a neutralidade da guarnição de Lisboa, liquidando o governo. Coisa que, aliás, nunca sucedeu.

6. Pronunciamentos, levantamentos e guerra civil

As consequências da derrota de um pronunciamento ou de um levantamento podiam ser de três ordens. Nos casos em que os vencedores preferiam a benevolência, limitavam-se a distribuir penas leves aos chefes (normalmente, o desterro na província) e a amnistiar o resto dos oficiais ¹¹. Noutros casos, as unidades rebeldes eram castigadas ou extintas e os oficiais executados, presos ou coagidos ao exílio. A benevolência prevaleceu quase sempre sobre a severidade, excepto após a «Belfastada» e num breve período entre 1844 e 1847. Mas sem dúvida o efeito mais grave do fracasso de um pronunciamento ou de um levantamento era o de que uma intervenção teoricamente limitada se transformasse numa guerra civil. Mesmo sem contar a sombra de guerra civil em 1826-1827 ou no fim da «revolta dos marechais», o pronunciamento de D. Pedro em 1832 e o levantamento da Junta do Porto em 1846 acabaram em conflitos generalizados, contra a vontade dos seus promotores.

¹⁰ V. Parte III, «Os levantamentos 'miguelistas' contra a Carta Constitucional».

¹¹ E também se expulsavam das fileiras os sargentos mais «comprometidos» ou conspícuos.

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	5
CAPÍTULO I — FORMAS DE INTERVENÇÃO POLÍTICO-MILITAR	7
CAPÍTULO II — O MODELO PORTUGUÊS DE PRONUNCIAMENTO E FIGURA DO LEVANTAMENTO	11
1. O pronunciamento clássico	13
2. O pronunciamento clássico: o uso da força	14
3. O pronunciamento-incursão	15
4. O pronunciamento passivo	17
5. O levantamento	17
6. Pronunciamentos, levantamentos e guerra civil	19
CAPÍTULO III — A NATUREZA POLÍTICA DAS INTERVENÇÕES MILITARES	21
PARTE I — A ERA DA LEGITIMIDADE	23
PARTE II — A ERA DOS GENERAIS	33
1. Os antecedentes	33
2. O exército e as milícias	37
3. O advento do exército cartista	42
4. O exército da Carta	46
5. A guerra civil da Patuleia	51
6. Do exército da Carta ao exército da «Regeneração»	53
7. Os generais	57
PARTE III — ANÁLISE DE ALGUMAS INTERVENÇÕES MILITARES TÍPICAS	59
1820	59
1. O «24 de Agosto»	59
2. A «Martinhada»	64
3. A «revolução» no Brasil	69

Os levantamentos miguelistas contra a Carta Constitucional (1826-1827).....	75
A «Belfastada» (1828)	97
D. Pedro no Porto (1832)	105
1. Pronunciamento ou levantamento?	105
2. Tentativa de levantamento	111
3. O uso da força	112
A «Revolução de Setembro» (1836)	116
A «Belémzada» (1836)	117
A «Revolta dos Marechais» (1837)	118
A «Maria da Fonte» e a queda de Costa Cabral (1846).....	127
<i>FONTES</i>	133
Chave bibliográfica	135
A — Inéditos	137
B — Documentos oficiais	137
C — Obras gerais	137
D — Literatura estrangeira	139
R — Memórias, diários, correspondência e biografias	140
F — Literatura política e militar do século XIX	144
G — Literatura moderna (século XX)	149
H — Artigos	152
I — Teses	152
J — Publicações periódicas	153
<i>ÍNDICE ANALÍTICO</i>	155